



Coordenação-Geral de Comunicação Social
Clipping 180/19 – sexta-feira, 15 de fevereiro



Jornal Diário do Amazonas

Polo de bicicletas cresce 13%, em janeiro – 03

Jornal do Commercio

Coluna Frente & Perfil – 04

Coluna Follow-Up Empresarial: O liberalismo econômico e a ZFM – 05



Coordenação-Geral de Comunicação Social

15 de fevereiro de 2019



PRODUÇÃO

POLO DE BICICLETAS CRESCE 13%, EM JANEIRO

Consumo Fatores como a queda na taxa de juros e o crescimento da confiança do consumidor influenciam o aumento da demanda. Fábricas produziram 58.611 unidades, em janeiro

Mercado Expansão das ciclovias e a procura por hábito saudável aquece as vendas

Danilo Mello 19/08/08

Da Redação
Redacao@diarioam.com.br

Manaus

As fabricantes de bicicletas instaladas no Polo Industrial de Manaus (PIM) produziram 58.611 unidades, em janeiro. De acordo com a Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo), esse foi o melhor janeiro desde 2015. Naquela ocasião, foram produzidas 56.402 bicicletas.

O volume produzido representa um aumento de 13,3% na comparação com o mesmo mês do ano passado (51.752 unidades) e um salto de 168,2% em relação a dezembro passado (21.857 unidades).

Na avaliação de Cyro Gazola, vice-presidente do Segmento de Bicicletas da Abraciclo, fatores como a queda na taxa de juros e o crescimento da confiança do consumidor influenciam o aumento da demanda. "Percebemos também que a oferta de produtos com mais recursos tecnológicos e valor agregado estão im-

pulsionando os negócios na indústria de bicicletas", complementa Gazola.

Além disso, o executivo destaca que a expansão das ciclovias e a mudança de hábito das pessoas, que procuram praticar uma atividade física para ter uma vida mais saudável, também contribuem para o aumento da demanda por bicicletas nas médiadas e grandes cidades brasileiras. "Cada vez mais, vemos pessoas utilizando a bicicleta como meio de transporte para ir de casa para o trabalho", diz Gazola.

Com este cenário favorá-

vel, a Abraciclo prevê um crescimento de 10,8% no volume de produção em 2019, que deverá totalizar 857 mil unidades fabricadas no PIM.

A categoria Mountain Bike (MTB) foi a mais produzida em janeiro, com 31.294 unidades, volume 45,9% superior ao registrado no mesmo mês do ano passado (21.454 bicicletas). Na comparação com dezembro passado (13.711 unidades), a alta é de 128,2%.

Na sequência, vem a categoria Urbana, com 20.605 unidades, correspondendo a uma queda de 12,3% na comparação com janeiro de 2018

(23.486 bicicletas). Em relação a dezembro passado (7.653 unidades), no entanto, a alta foi de 169,2%.

Já a categoria Estrada totalizou 751 unidades, aumento de 44,1% sobre o mesmo mês do ano passado (521 unidades) e de 57,1% na comparação com dezembro (478 unidades).

Os volumes de bicicletas produzidos no PIM em janeiro foram distribuídos para comercialização nas seguintes regiões do País: Sudeste, com 55,9% das unidades; Sul, 15,2%; Norte, 12,6%; Nordeste, 10,9% e Centro-Oeste, 5,5%.

03



Coordenação-Geral de Comunicação Social
15 de fevereiro de 2019



Pra que serve uma bancada?

O Amazonas tem três senadores e oito deputados federais. Não chega a ser uma força política muito relevante no Congresso Nacional, mas é suficiente para defender os interesses regionais. Pois estes parlamentares precisam dizer claramente à sociedade o que pensam sobre o desgastante processo porque passa a Superintendência da Zona Franca de Manaus. Até agora nenhum deles disse uma palavra, o que gera especulações sobre um eventual interesse de todos em "queimar" o coronel reformado do Exército Alfredo Menezes, já indicado para che-

fiar a autarquia desde o dia 7 de janeiro, mas até agora não nomeado oficialmente. Os sinais que vêm de Brasília indicam que há um movimento hoje na base de apoio ao governo federal, para que os cargos de terceiro escalão, normalmente sediados nos Estados, sejam distribuídos pelo velho método da indicação política. Isso inclui a Suframa. Não por acaso, o vereador Chico Preto (PMN) afirmou que a "velha política" está segurando a nomeação de Menezes. E 40 dos 41 vereadores da Câmara Municipal de Manaus assinaram moção de apoio ao coronel.

“

*Mentem
muito sobre a Zona
Franca”*

Plínio Valério (PSDB),
senador, em sua primeira entrevista à TV Senado



Coordenação-Geral de Comunicação Social
15 de fevereiro de 2019



**Follow-Up
EMPRESARIAL**

EDITOR RESPONSÁVEL
ALFREDO MR LOPES*

Entrevista com o empresário e economista Jaime Benchimol
– Parte 1 –

Empenhado em compartilhar com seus pares do universo empresarial suas análises e reflexões acerca das mudanças que serão operados pelo novo governo, de inspiração liberal, o empresário e economista Jaime Benchimol desenha os cenários possíveis a partir das mudanças previstas, e chama a atenção para as oportunidades de investimentos nas diversas áreas de atividade econômica do Amazonas. Com a autoridade de quem se formou Mestre em Economia, Berkeley, Universidade da Califórnia e vivenciou no cotidiano familiar as reflexões e sabedoria de Samuel Benchimol, seu genitor, Jaime aponta sugestões preciosas das novas modulações econômicas que precisamos. Confira...

FOLLOW UP – Independente do que irá ocorrer com nossa economia local, quais são suas constatações sobre o status atual da Zona Franca de Manaus?

JAIME BENCHIMOL – A economia da ZFM está em processo de declínio independentemente

das eventuais intervenções do governo marcado pelo liberalismo econômico. A primeira evidência é a obsolescência tecnológica, um movimento inexorável e irreversível, com convergência digital para a telefonia celular impactando 55% das vendas da ZFM que alcançaram aproximadamente US\$24 bilhões em 2018. Há um imperativo de diversificação, adensamento e regionalização já presentes há vários anos. O problema maior está na nossa falta de iniciativa e não no liberalismo econômico que é bem-vindo e necessário ao Brasil. Vemos, ainda, que os governos de inclinação liberal estão dispostos a conviver com o modelo ZFM, porém não a estimulá-lo a crescer. Em conversa recente com interlocutores do Amazonas, o ministro da Economia, Paulo Guedes, expressou sentimento que não pretende acabar com o modelo, que considera absurdo, mas tampouco irá promover o seu crescimento. No primeiro governo de FHC, muito menos liberal que o governo atual, as reuniões do CAS, Conselho de Administração da Suframa, foram suspensas por quase dois anos.

FUP – Podemos inferir a che-

gada de muitas dificuldades se a palavra de ordem é não deixar crescer, como ocorreu nos embargos de gaveta dos PBS, processos produtivos básicos para permitir a expansão industrial? No seu olhar, quais as premissas do liberalismo econômico com reflexos na ZFM e quais as reformas que poderão impactar o conceito fiscal em que a economia local se baseia?

JB – A primeira mudança deve ser tributária, seguida da liberalização comercial e redução dos subsídios. O certo é que há convicção que os subsídios distorcem o sistema de preços, reduzem eficiência econômica, promovem investimentos insustentáveis a longo prazo, induzem a fraudes e a corrupção. Além disso, exigem controles e monitoramentos caros e difíceis, criam modelos econômicos pouco flexíveis e perpetuam a pobreza nacional e regional. Vejam o exemplo do nordeste brasileiro que continua pobre após quase um século de políticas públicas de subsídios. Com relação a redução de subsídios federais o simples fato que os impostos tendem a ser menores reduz nossa vantagem competitiva no que concerne ao I.R., I.P.J., I.I., COFINS e PIS. Também

estão ameaçados os financiamentos de BNDES para novos projetos. Na área estadual os subsídios do ICMS poderão continuar dependendo da saúde financeira do AM, porém a tendência é que essa saúde seja impactada pelo declínio do modelo ZFM.

FUP – Que outros impactos já estão a caminho?

JB – Será inevitável a abertura das importações no Brasil – com redução de impostos de importação e exportação – uma tendência irreversível do atual governo e um dos principais elementos de promoção de ganho de produtividade para a indústria. A reforma tributária anunciada e prometida reduzirá os benefícios da ZFM: através da diminuição do diferencial de alíquota do IRPJ, ou através da simplificação tributária com a consolidação de impostos ou a adoção de um novo CPMF. Mesmo que esse processo dure quatro anos, esse é um tempo muito curto para promovermos os ajustes e mudanças no modelo atual.

FUP – E a redução da ingerência do poder público nos negócios privados?

*Esta Coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras, de responsabilidade do CIEAM. Editor responsável: Alfredo MR Lopes. ciam@ciam.com.br

O liberalismo econômico e a Zona Franca de Manaus

JB – Essa é uma medida muito esperada e benéfica. Desejamos ardentemente que haja menos regulamentação e um governo menor e com menos poderes sobre os cidadãos e as empresas. Esse processo dependerá da velocidade da reforma administrativa, mas penso que o mais provável é que aconteça em um horizonte de tempo de dois anos.

FUP – E a recuperação/asfaltamento da BR-319 fica assegurada ainda dentro da doutrina militar ou integrar para não entregar?

JB – Pelo que temos visto, o asfaltamento da BR-319, não virá com a rapidez que gostaríamos, uma vez que não consta dessa primeira etapa de investimentos anunciados pelo novo governo para a Amazônia. Espero contudo que ocorre dentro de um horizonte de no máximo 4 anos. A BR-319 nos conectarão ao Brasil por via terrestre e poderá reduzir custos de transporte e logística e assim compensar parcialmente os demais efeitos adversos listados acima. Espero que o governo federal tenha convicção sobre a importância da estrada para o Amazonas e Roraima e confronte a excessiva regulamentação ambiental. Continua.....

FUP – Existe uma pergunta que não pode calar: Há como compatibilizar o modelo ZFM com o liberalismo econômico?

JB – A resposta curta é que NÃO é possível fazê-lo. Nossos melhores argumentos para a necessária preservação do nosso modelo serão: geopolítica de ocupação da Amazônia, proteção militar das fronteiras (não tanto pela invasão de tanques, mas de pessoas), combate ao narcotráfico e a preservação ambiental. O argumento do combate a desigualdade regional tem pouco eco com economistas liberais que acreditam que é preferível que a população se desloque para regiões com mais potencial e capacidade de crescimento sustentável. Nossos argumentos, portanto, são timidos diante das posturas e prioridades federais. Vejam por exemplo que EUA não tentam ocupar o Alaska, muito menos a Austrália tenta ocupar os grandes desertos no oeste do seu território, o chamado Outback, mas exploram ativamente essas regiões com a mineração, extração de petróleo e mais recentemente com a produção de energia solar. Continua.....

